

Instituto Nacional de Investigação Agrária
e das Pescas, I. P.

Despacho n.º 10 141/2007

Maria Preciosa Camões Sobral, assistente de investigação deste Instituto com contrato administrativo de provimento, foi nomeada definitivamente investigadora auxiliar em lugar supranumerário do quadro de pessoal do ex-IPIMAR, nos termos do disposto nos artigos 7.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 18 de Outubro, conjugados com o artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, com efeitos a 30 de Janeiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Março de 2007. — O Presidente, *Carlos Costa Monteiro*.

Despacho n.º 10 142/2007

José Luís Salvador Duarte, assistente administrativo especialista a exercer, desde 13 de Janeiro de 2000, em regime de substituição, o cargo de chefe da Secção Financeira e Patrimonial da Estação Florestal Nacional, unidade operativa deste Instituto, foi nomeado, precedendo concurso, chefe da Secção Financeira e Patrimonial daquela Estação, com efeitos àquela data, considerando-se exonerado das funções anteriores. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Abril de 2007. — O Presidente, *Carlos Costa Monteiro*.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10 143/2007

Louvo publicamente a licenciada Maria Teresa da Conceição Requejo pela forma empenhada e profissional com que cumpriu as funções que lhe foram confiadas na qualidade de assessora do meu Gabinete. É-me especialmente grato manifestar publicamente o meu reconhecimento pela colaboração e lealdade, assim como pela excelência do trabalho que desenvolveu e pelo elevado grau de isenção com que actuou no exercício das suas funções, que em muito contribuíram para o reconhecimento externo e para o sucesso do trabalho deste Gabinete.

Pela colaboração, lealdade, competência, rigor e zelo que muito apreciei, é com inteira justiça que lhe faço este louvor.

8 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Despacho n.º 10 144/2007

Ao cessar funções como directora-geral para a cooperação, por aposentação, cumpra-me manifestar público louvor à Dr.ª Maria Lucília da Costa Figueira pela dedicação, competência, lealdade e elevado sentido de responsabilidade profissional com que desempenhou as suas funções.

As suas qualidades pessoais, aliadas aos profundos conhecimentos técnicos que possui e a um elevado sentido de gestão e grande capacidade de relacionamento humano e de liderança, contribuíram, de forma decisiva, para o bom funcionamento do Gabinete de Cooperação e para o êxito das iniciativas que o envolveram, e desse modo para o do Governo na área que me está adstrita.

Assim, muito me apraz reconhecer o desempenho da Dr.ª Maria Lucília da Costa Figueira como muito meritório e torná-lo público através do presente louvor.

8 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Despacho n.º 10 145/2007

1 — Em virtude de ter sido indigitada para o exercício de funções de direcção num organismo da Administração Pública, exonero Maria Teresa da Conceição Requejo das funções de assessora do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 8 de Maio de 2007.

8 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Despacho n.º 10 146/2007

Ao abrigo da alínea iv) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do disposto no n.º 4 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, determino, tendo por fundamento a extinção por fusão da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) e do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (ISHST), sendo as suas atribuições e competências integradas na Autoridade para as Condições do Trabalho — cuja ampla missão implica a necessidade de imprimir nova orientação à sua gestão —, a cessação da comissão de serviço do subinspector-geral do trabalho licenciado Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo, para que foi nomeado em 14 de Agosto de 2004, com efeitos a partir de 8 de Maio de 2007.

8 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Despacho n.º 10 147/2007

Ao abrigo da alínea iv) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do disposto no n.º 4 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, determino, tendo por fundamento a extinção por fusão da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) e do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (ISHST), sendo as suas atribuições e competências integradas na Autoridade para as Condições do Trabalho — cuja ampla missão implica a necessidade de imprimir nova orientação à sua gestão — a cessação da comissão de serviço do vogal do conselho directivo do ISHST licenciado José Manuel Mota Leal, para que foi nomeado em 26 de Novembro de 2004, com efeitos a partir de 8 de Maio de 2007.

8 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Despacho n.º 10 148/2007

Ao abrigo da alínea iv) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do disposto no n.º 4 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, determino, tendo por fundamento a extinção por fusão da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) e do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (ISHST), sendo as suas atribuições e competências integradas na Autoridade para as Condições do Trabalho — cuja ampla missão implica a necessidade de imprimir nova orientação à sua gestão — a cessação da comissão de serviço do presidente do conselho directivo do ISHST, licenciado Jorge Bruno da Silva Barbosa Gaspar, para que foi nomeado em 26 de Novembro de 2004, com efeitos a partir de 8 de Maio de 2007.

8 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Despacho n.º 10 149/2007

Ao abrigo da alínea iv) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do disposto no n.º 4 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, determino, tendo por fundamento a extinção por fusão da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) e do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (ISHST), sendo as suas atribuições e competências integradas na Autoridade para as Condições do Trabalho — cuja ampla missão implica a necessidade de imprimir nova orientação à sua gestão — a cessação da comissão de serviço da subinspector-geral do trabalho licenciada Maria Ângela Camossa Coelho Paulo Neto, para que foi nomeada em 14 de Agosto de 2004, com efeitos a partir de 8 de Maio de 2007.

8 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 10 150/2007

Foi Maria Esmeralda Severo Carvalho, assessora principal, requi- sitada, por mais um ano, para exercer funções na Casa Pia de Lisboa,